

Integração econômica desafia novo governo

Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — O governo que assume no dia 15 de março terá pela frente o desafio de, em um curto espaço de tempo, viabilizar o desenvolvimento tecnológico do país para integrar a economia brasileira ao mercado internacional. Às vésperas de entrar nos anos 90, o Brasil vive hoje uma situação de atraso em relação aos países desenvolvidos, com um parque industrial ultrapassado, o que reduz a competitividade dos produtos brasileiros. Sem a execução imediata de uma consistente política industrial, o país corre o risco de acentuar seu atraso tecnológico em relação à comunidade econômica mundial, o que levará à repetição da década de 80, considerada uma década perdida.

Esta é a avaliação unânime feita por economistas de dentro e fora do governo e por aqueles que podem estar nele a partir do dia 15. A forma de se aumentar a competitividade e permitir a integração com o mercado internacional, no entanto, varia de acordo com a corrente de pensamento de cada um. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, por exemplo, acha que o país pode optar entre dois modelos: o peruano, que segundo ele é completamente atrasado e se fechou para o mundo, ou o coreano, que ele considera uma economia dinâmica e um mercado aberto, o que permitiu o desenvolvimento do país.

O ex-diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, atualmente ocupando a função de consultor do banco, defende o modelo coreano exatamente por razões diversas às apontadas pelo ex-ministro Simonsen. Segundo Freitas, a economia coreana, que hoje exporta tecnologia para vários países, se desenvolveu apenas porque criou uma reserva de mercado, capaz de proteger a indústria nacional e permitir o desenvolvimento de uma tecnologia própria. Para ele, o Brasil deveria seguir o mesmo modelo e manter a reserva de mercado para a informática, o que lhe dará condições de criar sua própria tecnologia que poderia ser absorvida por outros países.

Este é também o ponto de vista defendido pelo Partido dos Trabalhadores. O economista Plínio de Arruda Sampaio Filho, assessor do candidato Luís Inácio Lula da Silva, acredita que a pro-

teção do mercado interno na área de informática é a única forma de permitir o desenvolvimento desta tecnologia.

A economista Zélia Cardoso de Melo, assessora do candidato do PRN Fernando Collor de Mello, propõe outro caminho. Ela acha fundamental a abertura em todos os setores, com a redução gradual das tarifas de importação. Só assim, segundo ela, os empresários brasileiros serão obrigados a se modernizar e a aumentar a competitividade. A economista está convencida que o Brasil está perdendo espaço, principalmente pelo critério da eficácia.

O protecionismo, no entanto, é hoje uma tendência mundial, com o reagrupamento dos países em blocos como o europeu, através da Comunidade Econômica Européia, o norte-americano — Estados Unidos, México e Canadá — e o asiático. Se o Brasil não se apressar no seu desenvolvimento tecnológico, tenderá a ficar totalmente marginalizado destes blocos, na opinião do chefe da assessoria econômica do ex-ministro Bresser Pereira, Yoshiaki Nakano. O mais grave, segundo ele, é que a tendência é de o movimento de capitais e investimentos se dar dentro destes blocos.

Isolado do mercado mundial, restaria ao Brasil se integrar à América Latina, mas nenhum dos economistas, nem mesmo o do PT, que considera essa uma questão política fundamental, acredita que seja uma tarefa fácil e de curto prazo. Nakano acha que o ideal seria uma política de complementariedade, isto é, o Brasil produziria produtos que pudessem ser consumidos por outros países latino-americanos e vice-versa. Já Plínio de Arruda Sampaio Filho argumenta que, pelo fato de os países latino-americanos estarem estrangulados com o problema da dívida externa, não teriam condições de se transformar em mercado consumidor.

A experiência de integração entre Brasil e Argentina, que seria o primeiro passo para a união latino-americana, tentada pelo governo Sarney, acabou fracassando. Carlos Eduardo de Freitas foi um dos protagonistas, em 87, na experiência de tentar a criação de uma moeda comum — o gaúcho —, que nunca entrou em circulação, por culpa da Argentina. A explicação de Freitas é de que o Banco Central argentino não aceitou a moeda por que ela não tinha força frente ao dólar.